

DF ainda sem representação

Educa

BRASÍLIA — Em março deste ano, pouco antes de trocar o governo do Distrito Federal por uma cadeira de diretor do BNDES, o coronel Aimé Lamaison levou a seu amigo, o presidente Figueiredo, proposta de criação de uma representação parlamentar para Brasília na Câmara e no Senado, argumentando que as chances seriam de vitória para o PDS.

O chefe do governo, talvez por dispor de outro tipo de informações, rejeitou a iniciativa. O atual governador, coronel José Ornelas, não tem posição firmada a respeito do assunto, mas não pode evitar que o tema seja inscrito em todos os programas e manifestos políticos do Distrito Federal, até mesmo no do núcleo local do PDS.

Apenas na atual legislatura, foram votados e derrotados seis projetos de emendas constitucionais instituindo representação política parcial ou total para o Distrito Federal.

O último deles foi de autoria do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), derrotado a 25 de maio passado, mas, mobilizando, por ocasião da votação, uma platéia ruidosa nas arquibancadas do plenário que, mais uma vez, vaiou os parlamentares contrários à proposta.

Afinal, o povo de Brasília quer votar, da mesma forma como o faziam os habi-

tantes do antigo Distrito Federal, quando a Capital era no Rio de Janeiro.

Neste domingo, o PMDB vai realizar, na cidade satélite de Taguatinga, a primeira "convenção eleitoral" de um partido político na Capital da República. A convenção pretende ratificar as indicações das convenções estaduais do PMDB em todo o País. O evento pretende, na verdade, mobilizar os eleitores de Brasília com títulos de outros Estados. São hoje 200 mil. Além desses, há outros 500 mil inscritos em Brasília, isto é, não votam. Até por não terem perspectiva de que isso venha a ocorrer, costumam mandar plastificar o título eleitoral.

A Associação Comercial de Brasília e a Federação de Comércio local — as entidades empresariais mais expressivas da cidade — também apóiam a luta pela representação política, mas a via parlamentar deve ser abandonada agora por causa da modificação do quórum que passou a ser exigido de dois terços dos congressistas para aprovação de emenda constitucional.

"A luta pela representação política de Brasília terá que ser inserida agora — afirma Maerle Lima, presidente do PMDB local —, no bolo da luta mais geral do povo brasileiro pela redemocratização do País e pela convocação de uma Assembléia Constituinte."